ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS ★ NATHAN DA SILVA BASTOS ★

LEI MUNICIPAL Nº 067 DE 13 DE MAIO DE 1996.

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar no Município de Codajás, Estado do Amazonas, e dá outras providências

O cidadão, NATHAN DA SILVA BASTOS, Prefeito Municipal de Codajás, Estado do Amazonas;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte,

LEI:

TÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1º- Esta lei dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar no Município de Codajás, dando cumprimento ao que estabelece o art. 88, inciso II e IV, e artigo 132, da Lei 8.069/90.

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA

Art. 2º - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgão normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das ações em todos níveis voltados para o

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

atendimento da criança e do adolescente, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social.

SEÇÃO II

DA FINALIDADE

Art. 3º – O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo zelar pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, referentes à vida, à alimentação, saúde, lazer, profissionalização, à educação e cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade , e à convivência familiar e comunitária, bem como mantê-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.

Art. 4º – Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – formular, aprovar, acompanhar e avaliar a política dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo em vista a garantia dos preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, Constituição do Estado do Amazonas, Lei 8069/90 e Lei Orgânica do Município;

II – manter permanentemente entendimento com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, propondo, inclusive, se necessário, alteração na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;

III – opinar sobre o orçamento municipal destinado à execução do cumprimento das políticas sociais básicas, assistenciais e de proteção especial;

IV – elaborar diagnóstico da situação da infância e da adolescência no Município, bem como os respectivos Planos de Ação e Aplicação visando a alocação de recursos orçamentários por parte do Poder Executivo;

V – gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI – proceder inscrições nos programas de entidades governamentais e não-governamentais, nos termos do artigo 90 da lei 8069/90;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

VII – registrar as entidades não-governamentais, de acordo com o artigo 90 da Lei 8069/90;

VIII – registrar as entidades não-governamentais envolvidas na defesa jurídico-social da população infanto-juvenil, com atuação no Município;

IX – encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de negligência, omissão, discriminação, excludência, exploração, violência e crueldades, cometidas contra crianças e adolescentes;

X – promover encontros com as instituições governamentais e não-governamentais envolvidas com o atendimentos direto à criança e ao adolescente, com o objetivo de difundir, discutir e reavaliar políticas sociais básicas;

XI – coordenar, com o concurso do Ministério Público, o processo de escolha dos conselheiros tutelares;

XII – elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

SEÇÃO IV

DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º – O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é constituído paritariamente por dez membro, sendo cinco representantes de órgãos públicos e cinco por entidades não-governamentais voltadas ao interesse da população infanto-juvenil.

§ 1º – Para cada membro titular haverá respectivamente um suplente;

§ 2º – Os órgãos públicos com assento no Conselho são:

1. Secretaria de Saúde,

2. Secretaria de Educação,

3. Secretaria de Assistência Social,

4. Câmara Municipal,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

5. Segurança Pública,

6. Associação e Pais e Mestres,

7. EMATER,

8. Igreja Católica,

9. Igreja Batista de Codajás e Assembléia de Deus, e

10. CEAM.

Parágrafo 3º- As entidades não governamentais de que trata este artigo são aquelas legalmente constituídas e ligadas à defesa o ao atendimento da criança e do adolescente, e em funcionamento há mais de um ano no Município.

Parágrafo 4º- Os Órgãos públicos definirão a forma e o critério de eleição de seus representantes, devendo dada um indicar dois membros na condição de titular e suplente.

Parágrafo 5º- Os Órgãos não-Governamentais escolherão entre si os seus representantes e respectivos suplentes, devendo para tal realizarem Assembléia própria, com fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo 6º- A Assembléia referida no parágrafo anterior terá atribuições de eleger os membros do Conselho representante da sociedade civil com quorun no mínimo de dois terços das entidades cadastradas no Conselho.

Parágrafo 7º- O mandato dos Conselheiros e respectivos Suplentes será de dois anos, admitindo-se a reeleição.

Parágrafo 8º- A função do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário sobre quaisquer outros serviços.

Parágrafo 9º- A primeira das assembléias referidas no parágrafo 5º será convocada por uma Comissão Provisória, num prazo de trinta dias, a contar da publicação desta lei.

Parágrafo 10- A comissão Provisória referida no parágrafo anterior será constituída por um representante do Ministério público e um representan-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

te do Poder Judiciário, e terá como funções a convocação da Assembléia, a fiscalização, apuração e proclamação dos resultados da eleição.

§ 11 – Os Conselheiros serão indicados formalmente por seus órgãos e entidades representativas, e nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 6º – O Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente contará, para viabilização de suas atividades, com a seguinte organização:

I – Presidência;

II – Secretaria Executiva;

III – Plenário;

IV – Comissões.

§. 1º – O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Executivo serão eleitos pelos seus pares, pelo voto mínimo de dois terços do Conselho.

§ 2º – A Secretaria Executiva será de apoio técnico-administrativo, sendo constituída por servidores públicos municipais requisitados pelo conselho.

Art. 7º – A Manutenção do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser prevista em lei orçamentária, cujos recursos poderão ou não ser suplementados por verbas das esferas de Governo Federal e/ou Estadual.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

TÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E FINALIDADE DO FUNDO

Art. 8º – Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o objetivo de financiar a execução da política de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente do município de Codajás, estado do Amazonas, ao qual o Fundo será vinculado.

§ 1º – o Fundo será gerido pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º – Compete ao fundo facilitar a captação, repasse a aplicação de recursos previstos nesta lei.

SEÇÃO II

DA RECEITA DO FUNDO

Art. 9º – Constituem receita do Fundo:

I – dotações orçamentárias do Executivo Municipal, inclusive as verbas adicionais que a lei estabelece.

II – doações, auxílios e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, incentivadas ou não;

III – valores de multas decorrentes de condenações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

IV – transferências dos Governos Estadual e Federal, através dos seus respectivos fundos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V – doações do Governo e organismos nacionais e internacionais;

VI – receita de aplicação no mercado financeiro;

VII – outros recursos que por ventura lhe forem destinados.

SEÇÃO III

DA COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 10 – Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – formar sua Receita de acordo com o artigo 9º desta Lei;

II – executar sua despesa de acordo com o Plano de Aplicação elaborado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente ;

III – estar em dia com seus controles escritural, contábil e administrativo;

IV – colocar seus controles (escritural, contábil e administrativo) e demais meios à disposição à disposição do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos demais órgãos, por dever de lei ou não.

Art. 11 – Este Fundo Municipal será regulamentado através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

TÍTULO IV

DA CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE DO CONSELHO TUTELAR

Art. 12 – Fica instituído o CONSELHO TUTELAR previsto no artigo 132 da Lei nº 8.069, de 13/07/90, que será órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, e encarregado pela sociedade, no município de Codajás, de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na referida lei.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 13 – O conselho Tutelar será composto de cinco (05) membros a serem escolhidos para o mandato de três (03) anos, permitida uma recondução.

§ Único – O processo de escolha, nomeação e posse dos conselheiros será matéria de resolução a ser expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 14 – Para candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I – reconhecida idoneidade moral;

II – idade superior a vinte e um anos;

III – residir no Município.

§ Único – Além dos requisitos enumerados neste artigo, o candidato deverá ser ainda portador das seguintes condições:

I – apresentar diploma de conclusão, no mínimo, de curso de segundo grau;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

II – ter reconhecida aptidão e sensibilidade para o trato com a criança e o adolescente;

III – comprovar por documentos, ou ser publicamente reconhecido, como pessoa que já tenha prestado serviços em favor da comunidade, tenha sido diretor de clubes de serviços ou dirigente de entidades filantrópicas, ou educador, no Município;

IV – comprovar por certidões que não tenha sido condenado por infrações penais.

Art. 15 – O Conselho Tutelar será instalado em prédio a ser fornecido pela municipalidade, dotado de recursos materiais e humanos necessários ao desempenho de suas atribuições.

§ Único – Constará da lei orçamentária municipal a previsão de recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 16 – Os membros do Conselho Tutelar serão remunerados, sendo a remuneração compatível com a paga a servidor do quadro do Município.

§ 1º – Constará da Lei, remuneração dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º – A remuneração de que trata este artigo não vincula empregaticiamente os conselheiros aos da Administração Municipal.

§ 3º – Os conselheiros escolhidos que reúnam a condição de servidor público municipal serão colocados à disposição do Conselho Tutelar, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens pessoais.

Art. 17 – Os recursos do Orçamento Municipal de que trata o parágrafo único do artigo 15 desta Lei poderão ser suplementados ou não por verbas das esferas de governo Federal e/ou Estadual.

Art. 18 – O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS
NATHAN DA SILVA BASTOS

Art. 19 – São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto, madrasta e enteado.

§ Único – Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Publico com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 20 – O Conselho Tutelar fará atendimento ao público das 08:00h às 12:00h, e das 14:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira.

§ 1º – Aos sábados, domingos, dias santificados e feriados permanecerá um plantão mediante escala de serviço envolvendo os cinco (05) conselheiros que compõem o Conselho Tutelar.

§ 2º – O Conselho escalado deverá fixar na sede do Conselho Tutelar, em local visível, o endereço onde possa ser encontrado e número de telefone.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 21 – São atribuições do Conselho Tutelar o constante dos artigos 95 e 136 da lei Federal 8.069, de 13/07/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 22 – Aplica-se ao Conselho Tutelar o estabelecido no artigo 147 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069, de 13/07/90).

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODAJÁS ★ NATHAN DA SILVA BASTOS ★

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 23- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser instalado no prazo de 30(trinta) dias, terá 60 (sessenta) dias para elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 24- o Poder Executivo, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instalação do Conselho, baixará decreto regulamentando o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25- O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de sua instalação, baixará resolução para os fins do parágrafo único do artigo 13 desta Lei.

Art. 26- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CODAJÁS, ESTADO DO AMAZONAS, EM 13 DE MAIO DE 1996.

NATHAN DA SILVA BASTOS
Prefeito Municipal